

A União Nacional dos Estudantes: História, Educação e Política no Brasil na década de 1960

Carla Michele Ramos Torres

Resumo

A União Nacional dos Estudantes (UNE) surgiu em 1937, em pleno Estado Novo, e desde então a entidade se apropriou de ideologias e ações que afirmavam estar diretamente relacionadas aos anseios das camadas desprovidas do capital. Por meio da análise das condições materiais brasileiras na década de 1960, o presente artigo procurou compreender a atuação da UNE frente às agitações políticas e sociais registradas no país antes e após o governo militar iniciado em 1964. O estudo tem como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético e como fontes principais os documentos da entidade e depoimentos de ex-militantes. Entre os resultados destaca-se a constatação de que as campanhas promovidas por essa entidade estudantil foram marcadas pelas ideias progressistas, em defesa da nacional-democracia, e oriundas das contradições do processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

Palavras-chave: União Nacional dos Estudantes; Reforma Educacional; Ditadura Militar.

1. Introdução

O surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 11 de agosto de 1937, período que antecede em alguns meses o início do Estado Novo, é resultado da expansão de instituições educacionais de nível superior no Brasil, principalmente a partir da década de 1930. Nesse contexto registra-se um avanço industrial-urbano e conseqüentemente a demanda pela formação de profissionais em nível universitário. Destaca-se no governo provisório de Getúlio Vargas a promulgação do decreto 19.851 de 1931¹ estabelecendo a finalidade, constituição e estrutura dos centros universitários no país, corroborando na consolidação dos mesmos em nosso país.

Desde sua constituição, a entidade nacional de estudantes não só levantou bandeiras em prol do ensino universitário, mas também de outros níveis educacionais, bem como comungou de lutas sociais promovidas por operários e camponeses. Nas décadas de 1940 e 1950 a taxa de analfabetismo no Brasil, na faixa dos 15 anos ou mais, alcançava quase 50%

¹ Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>

da população nacional², revelando que os universitários eram sujeitos extremamente privilegiados em termos de formação, constituindo uma elite intelectual estudantil na época. No seio das agitações políticas em períodos democráticos, como no governo de Vargas e Juscelino Kubitschek (JK) em 1950 e nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (Jango) em 1960, essa posição de destaque favoreceu, no interior da UNE, uma concepção de vanguarda revolucionária diante de uma aliança operário-estudantil-camponesa.

A atuação da UNE no cenário político brasileiro na década de 1960, esteve marcada pela consolidação da democracia e em defesa do nacional. No entanto, para tal empreendimento era necessário reformas educacionais e econômicas, uma vez que estas, segundo a agremiação, seriam indispensáveis para o progresso e desenvolvimento industrial do país. Entre as propostas estavam, por exemplo, a defesa da maior participação dos discentes nos assuntos universitários, a mudança do currículo, a erradicação do analfabetismo, o fim da dominação externa na economia e do latifúndio.

A partir de 1964 a ação do movimento estudantil ficou limitada, devido à ilegalidade da entidade e desse modo o propósito já não era mais o fortalecimento da democracia e sim sua restauração. Nesse sentido, para compreender as campanhas da UNE nos anos de 1960, faz-se fundamental uma análise das dimensões econômicas, políticas e culturais existentes no país nesse período. Os registros escritos da entidade, bem como os depoimentos de ex-militantes serão o ponto de partida para responder os seguintes questionamentos: *Quais foram as propostas e as campanhas realizadas pela União Nacional dos Estudantes no decorrer da década de 1960? Qual a relação entre essa atuação e os governos existentes nesse contexto?*

Essas problemáticas serão esclarecidas ao longo do texto, a partir do materialismo histórico dialético. A partir desta fundamentação teórica acredita-se que o pesquisador deva renunciar as percepções aparentes e apreender a estrutura e a dinâmica do seu objeto, visto que este está inserido nas próprias leis de seu tempo histórico (PAULO NETTO, 2011). Logo, o objeto de pesquisa não será compreendido por si mesmo e sim no interior de uma conjuntura em na qual se considera as várias dimensões materiais dos sujeitos.

² Sobre o analfabetismo no Brasil ver: *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Disponível em <http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>

2. A UNE no contexto brasileiro: nacionalismo e desenvolvimentismo na década de 1960

O projeto econômico assumido pelo governo de Juscelino Kubitschek³, entre os anos de 1956 e 1960, acelerou no Brasil um processo de transformações sociais com importantes desdobramentos na conjuntura política dos anos iniciais da década de 1960. O favorecimento desse governo à entrada de capitais estrangeiros possibilitou o enriquecimento da burguesia, bem como maior dependência do capital externo. Esse período também foi marcado pelo crescimento da população urbana, esta, tornando-se numericamente predominante no país. Nas cidades, partidos e entidades passaram a discutir a situação política do país e defender alianças entre diversos grupos sociais contra o imperialismo estadunidense e a estrutura latifundiária. Entre essas entidades podemos citar a União Nacional dos Estudantes.

Segundo o pensamento de Roger Dangeville (1978, p. 34) é nos países em que há múltiplas contradições econômicas, políticas e sociais que a consciência é mais aguda. Sendo assim, os anos iniciais da década de 1960 no Brasil foram assinalados pelo avanço industrial e um processo de urbanização acelerado, por uma economia industrial baseada na dependência dos investimentos estrangeiros e por uma grande disparidade entre as classes sociais, favorecendo assim a mobilização de organizações em defesa do que se denominava na época de nacionalismo e desenvolvimentismo. Para Marx e Engels (1977, p.24):

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.

Partindo da visão marxista de que são as condições materiais que formam a base de todas as manifestações intelectuais da sociedade, pode-se afirmar que a formação da consciência é processual e histórica e como está em constante movimento pode se modificar a partir das contradições da materialidade, ou seja, de um dado contexto econômico, político e social. Portanto, as teorias e práticas da União Nacional dos Estudantes no início de 1960 estão condicionadas à organização social, à luta de classes e ao modo de produção existente.

³ Juscelino Kubitschek tornou-se presidente do Brasil em 1955 e elaborou o Plano de Metas que previa investimentos nas áreas de energia, transporte, alimentação, educação e indústria de base. Através do slogan “50 anos em 5” pretendia num único mandato trazer o desenvolvimento para o país, privilegiando essencialmente a industrialização. A construção de Brasília, como Distrito Federal foi uma das realizações desse governo.

O sociólogo Octavio Ianni analisou as agitações que marcaram o período inicial da década de 1960, revelando que:

As contradições econômicas e políticas, amplamente desenvolvidas com a implantação do Plano de Metas, aguçaram-se em 61-64. Além do mais, intensificou-se a politização das classes assalariadas e camponato. Houve uma larga metamorfose das massas em classes. O proletariado urbano, proletariado rural, camponato, empregados funcionários, estudantes e outras categorias sociais aumentaram bastante a sua participação no processo político, na luta pela democracia.

Tanto assim que a proposta socialista se tornou uma opção. Diante das condições econômicas e políticas vigentes na época, as forças políticas de base popular, na cidade e no campo, passaram a propor opções de cunho socialista. (2004, p.300-301)

No governo de JK, a UNE realizou discussões acerca das reformas na educação⁴ e várias campanhas contra as empresas estrangeiras, pois, segundo a entidade estudantil, estes empreendimentos ameaçavam destruir as indústrias brasileiras por meio de acordos que trariam desvantagens às empresas nacionais, como, por exemplo, a Petrobrás. O nacionalismo defendido pela entidade relacionava-se ao sentimento anti-imperialista.

É importante lembrar que a vitória dos revolucionários cubanos em 1959, constituindo posteriormente um regime de caráter socialista, repercutiu na América Latina como uma alternativa às lutas contra o imperialismo, questão em voga nas discussões teóricas promovidas por diferentes entidades sociais, inclusive a União Nacional dos Estudantes. A sucessão presidencial em 1961, na qual Jânio Quadros assumiu o poder executivo federal, aumentou ainda mais as discussões e as ações em torno das concepções nacionalistas, ou seja, anti-imperialistas.

A União Metropolitana dos Estudantes (UME) se posicionou frente ao governo de Jânio Quadros no jornal *O Metropolitano*⁵, no dia 29 de janeiro de 1961. A agremiação observou que aquele era um momento de plena vigência democrática e que o Brasil teria crescido politicamente. A posse do novo presidente foi vista pelas representações estudantis como uma “esperança de dias melhores” e a crença em um desenvolvimento econômico com

⁴ Sobre as propostas da UNE e suas lutas no período de 1956 a 1960, ver entre outros: POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁵ O jornal *O Metropolitano* era uma edição do órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes (UME), circulação dominical com o Diário de Notícias. Essa publicação tinha como diretor, em 1961, César Guimarães e como editor de arte Arnaldo Jabor. A UME estava localizada no Rio de Janeiro e na visão de João Roberto Martins Filho, foi na época uma das entidades regionais mais importantes do movimento universitário brasileiro. Ver: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

bases nacionais a partir da emancipação do país e do povo. Emancipar-se, designava para a UNE liberta-se da espoliação econômica norte-americana, portanto, a estrutura capitalista não era colocada em xeque. Esta concepção é bastante diferente do sentido pensado por Marx e Engels (2012) que concebe emancipação como a efetiva liberdade onde as lutas de classe, a divisão do trabalho e a privatização dos bens de produção não mais existirão.

Com a renúncia de Jânio Quadros a presidência passou para o seu vice João Goulart, caracterizado pelas classes políticas conservadoras como aliado do comunismo. A UNE apoiou a posse de Jango, diante das tentativas de grupos políticos em impedi-la e ao mesmo tempo levantou a bandeira das reformas de base, que abarcavam além de reformas educacionais, as reformas tributária, agrária e administrativa.

Em setembro de 1961 durante a campanha da legalidade em prol da posse do vice-presidente Goulart a UNE publicou uma edição extraordinária da revista *Movimento* com o título “A UNE e o Golpe”. Reunidos em Porto Alegre no Conselho Universitário, juntamente com o governador Leonel Brizola, as entidades estaduais universitárias elaboraram documentos que refletiam a realidade política do país. O presidente Aldo Arantes em nome da agremiação estudantil registrou que esperava de Jango um governo popular; voltado aos interesses da classe trabalhadora e não de grupos econômicos internacionais; uma postura em defesa do nacionalismo, da industrialização, da liderança na América Latina em apoio ao bloco neutralista; da coibição do abuso econômico de grupos e de classes e por uma efetiva reforma agrária (ARANTES, 1961, p.26).

Esses anseios do presidente da UNE, apontam as principais ideias progressistas assumidas pela entidade como o anti-imperialismo e o anticolonialismo, obstáculos ao desenvolvimento industrial nacionalista. A neutralidade destacada por Arantes é no sentido de autonomia econômica diante da dependência das nações hegemônicas, em especial os Estados Unidos da América. Embora, o registro evidencia o desejo de um governo para o povo, ou seja, para os trabalhadores e o fim do abuso econômico de grupos e de classes, percebe-se que não há questionamentos em relação ao sistema capitalista em si. Logo, a eliminação da exploração de uma classe sobre a outra, bem como uma efetiva equiparação fundiária seriam consolidadas não com a derrubada do capitalismo e sim do capitalismo imperialista que subjugava nossa nação.

Em relação às reformas educacionais, a luta da UNE nesse período estava relacionada de maneira especial ao ensino superior. Numa sociedade, conforme a concepção

marxiana, os pensamentos dominantes são os pensamentos das classes dominantes e desse modo a universidade brasileira era vista pelos militantes estudantis como um espaço em que as atividades desenvolvidas não estavam associadas aos interesses estudantis e sim dos grupos econômicos majoritários que utilizavam de diversos instrumentos, como por exemplo, as instituições educacionais para manter o *status quo*. Sobre o ensino superior, César Guimarães, estudante de direito e diretor da revista *Movimento*, apontou que a “universidade brasileira é alienada: não atende às exigências nacionais e populares do Brasil de hoje, dobrando-se, isto sim, a uma realidade estranha, europeia e norte-americana” (GUIMARÃES, 1962, p. 22). Nota-se que o imperialismo, extremamente criticado pela União Nacional dos Estudantes, estava presente até mesmo nos setores educacionais, não se limitando à esfera econômica.

Nos anos que antecedem 1964, a UNE era uma entidade que dialogava com o governo e de expressividade política, condição que possibilitou uma maior integração de estudantes nas agitações sociais ocorridas no país. Embora, é preciso enfatizar que havia no Brasil em 1962 cerca de 100 mil universitários numa população de 77 milhões, informação que demonstra um grupo bastante reduzido diante de uma luta gigantesca, como por exemplo, a campanha de alfabetização. Numa época em que os analfabetos representavam quase metade da população, erradicar o analfabetismo significava oportunizar o direito ao voto, portanto, fortalecer a democracia.

A reforma universitária proposta pelos estudantes, no período governamental de Goulart, visava melhorias de infraestrutura como a ampliação e modernização de bibliotecas, restaurantes e nas diversas instalações do campus universitário, bem como inovações no processo ensino-aprendizagem e no modelo curricular. Além disso, a UNE deixa transparecer em seus planos de ação, reivindicações oriundas de outros setores sociais, como trabalhadores e camponeses. Vejamos como isso pode ser verificado a partir dos debates realizados no I Seminário de Reforma Universitária em 1961:

As perspectivas do movimento estudantil brasileiro são, pois, francamente favoráveis a uma união de todos pela luta popular que se trava no presente. (...) As batalhas que ainda temos a travar pela Escola Pública, pela Reforma Universitária, pela consolidação da luta antiimperialista e anticapitalista do povo brasileiro, por uma união operário-estudantil-camponesa cada vez mais efetiva. (UNE, 1961, p.12-13)

A UNE nos anos iniciais da década de 1960 passou a realizar diversas campanhas em defesa da democracia. A integração entre estudantes e artistas em prol da reforma universitária resultou no projeto UNE-Volante, caravana que percorreu as regiões brasileiras

promovendo shows e exposições, apresentando peças teatrais e discutindo questões socioeconômicas em assembleias universitárias. Como “vanguarda”, estudantes e artistas, vêm em suas ações o compromisso de conscientizar e mobilizar a classe operária, camponesa e o público estudantil em geral, engrossando o movimento nacional e desenvolvimentista.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels apontaram que a história das sociedades tem sido a história das lutas de classe, ou seja, de grupos dominantes de um lado e de dominados do outro, numa luta incessante de oposição. A UNE se definia como órgão oficial da massa estudantil e de outros segmentos sociais na luta contra o imperialismo norte-americano, pois segundo a entidade este era o entrave ao desenvolvimento de uma economia nacional. Logo, os explorados na concepção da entidade estudantil era a nação em contraposição aos exploradores, que neste caso são os Estados Unidos da América, o que demonstra uma ausência de discussão sobre o modo de produção capitalista como produtor desse mesmo imperialismo, bem como da disparidade econômica entre as classes sociais. Essa particularidade não amenizou a reação dos grupos políticos conservadores que viam na UNE um movimento de caráter socialista.

A agitação política brasileira, os rumores do avanço comunista na figura de Jango e a instabilidade econômica, fortaleceram a ascensão dos militares e de alguns grupos civis como a Igreja, a burguesia e os partidos de direita em favor da segurança nacional, legitimando um golpe em nome da segurança nacional. Assim a ditadura militar se instalou no Brasil em 1964 e durante duas décadas a derrubada desse sistema passou a ser prioridade dos militantes da esquerda reformista e revolucionária.

Uma das primeiras manifestações do governo ditatorial revelou o modelo político assumido pelos militares em prol da doutrina de segurança nacional. Como um grande entrave aos interesses dos novos governantes, a UNE, agora na ilegalidade, deveria ser banida, como destacou Antônio Mendes Jr. (1982, p. 74) ao apontar o ato dos militares à entidade estudantil, em 1964:

a UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incomodada às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo clube Germânia, que a UNE ocupava nos tempos heróicos da luta contra o nazifascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder.

O incêndio provocado em 1964, por repressores financiados pelo governo militar, na sede da União Nacional dos Estudantes, localizada na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, incitou ainda mais a luta dos estudantes contra o presente regime. Apesar da repressão e da ilegalidade os estudantes se mobilizaram e escolheram outras formas de resistência, como, por exemplo, a guerrilha armada urbana e rural.

Os estudantes passaram por momentos de muita repressão após o golpe militar, entidades foram invadidas e fechadas, líderes foram presos e os que conseguiram escapar exilaram ou passaram a conviver na clandestinidade. Na opinião de Altino Dantas, presidente da UNE nos anos de 1965-66, o novo governo pretendia através da Lei Suplicy⁶ relegar a história da entidade nacional dos estudantes e sua representatividade mediante o movimento estudantil. Porém, o projeto acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes (SANTOS, 1980, p.32).

Para resolver os problemas universitários o governo brasileiro procurou a solução nos modelos educacionais norte-americanos. Os acordos MEC-USAID⁷ estavam inseridos numa concepção onde a universidade passava a ser vista como peça fundamental para o avanço da política econômica favorável às grandes empresas estrangeiras. A reforma universitária dos militares não comungava com as aspirações da UNE, por isso os anos de 1966 e 1967 foram marcados por intensas mobilizações estudantis contra a Lei Suplicy e os acordos MEC-USAID.

O 28º Congresso da UNE aconteceu em julho de 1966, na cidade de Belo Horizonte e apesar das dificuldades em se dirigir ao local, pois a polícia militar fechou as vias de acesso à cidade mineira, os estudantes elegeram para presidente da entidade José Luis Guedes, estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Durante esse congresso verificam-se no plano de ação desta gestão, as reivindicações contra o modelo educacional militar e a ilegalidade da UNE:

Lutamos pela reforma universitária, pela revogação do acordo Mec-Usaid, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, em todos os níveis. Lutamos pela revogação da lei Suplicy (UNE, Apud SANTOS, 1980, p. 114).

⁶ Lei de autoria do Ministério da Educação que criou o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) retirando das entidades já existentes - UNE e UEE - suas representações legais.

⁷ Acordos entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) e a United States for International Development (USAID) que tinham como objetivos a assessoria norte-americana no projeto de modernização do sistema educacional brasileiro de nível superior.

O ano de 1968 é considerado para muitos dos ex-dirigentes da UNE como o ápice do movimento estudantil, principalmente por causa da morte do estudante secundarista Edson Luís, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, em março desse mesmo ano. Sandra Pelegrini (1997) aponta que o momento entusiasmou as vanguardas do movimento estudantil, levando-as a acreditar no apoio popular contra o regime militar, assim novas táticas foram desenvolvidas para enfrentar a polícia nas ruas.

Aparentemente até o Ato Institucional de número cinco (AI-5)⁸, todas as posições de repressão do governo militar estimularam a unidade do movimento estudantil em torno da UNE, mesmo atuando ilegalmente. O que pode ser analisado a partir do final de 1968 são as divergências internas que enfraqueceram a entidade nacional estudantil e o endurecimento repressivo ao movimento estudantil.

Na documentação da União Nacional dos Estudantes, no período de ilegalidade, nota-se que uma das questões mais debatidas durante as assembleias era a redefinição de novas estratégias contra o sistema de opressão imposto pelos militares. De um lado dissidências que procuravam transformação social através da luta armada e do outro, posicionamentos mais pacíficos com a utilização do diálogo. Alguns dos dirigentes da UNE se associaram aos grupos de guerrilha após o AI-5, entre eles José Genoíno Neto, eleito em 1969, como vice-presidente da entidade, que com suas palavras relatou: “eu me retiro da diretoria da UNE e deixo de atuar no movimento estudantil, saindo da cidade para participar do movimento guerrilheiro do Araguaia” (SANTOS, 1980, p.104).

Por meio a opção pela luta armada, por alguns estudantes brasileiros, compreende-se que o golpe militar acendeu na UNE uma redefinição do seu papel como organização social. Na medida em que o governo se posicionava mediante as esquerdas “subversivas”, o ideal reformador foi se radicalizando e os instrumentos de luta foram tomando direções opostas. A ideia dos estudantes como “vanguarda” pode ser analisada a partir dos princípios declarados pela UNE em suas assembleias:

Mais uma vez a União Nacional dos estudantes assume a vanguarda do povo na luta contra as forças da opressão... Temos como objetivo a transformação revolucionária da estrutura sócio-econômica do País...Conscientes de nosso papel frente à realidade

⁸ Ato Institucional nº 5 decretado pelo governo militar, conferindo maiores poderes ao executivo e radicalizando o regime ditatorial.

nacional, conclamamos para uma aliança todos os setores das classes populares, em torno de objetivos comuns (SANTOS, 1980, p. 115-116).

Diferentemente do discurso na época de Jango, a UNE já não mais se satisfazia com as reformas de base. No momento em que o governo ditatorial tornava-se mais impositivo a entidade estudantil passou a fomentar o que entenderam como “revolução” nas bases sociais e econômicas do país. Porém, havia várias limitações, entre elas a fragmentação dos grupos políticos de esquerda, a censura e a repressão.

O AI-5 representou para as esquerdas a impossibilidade da mobilização popular contra o governo ditatorial e na clandestinidade muitos optaram pela guerrilha que ao longo dos anos não alcançou seus objetivos. As divergências internas da UNE e a repressão constante, fragmentou a representação política desta entidade, pois formada por diferentes facções estudantis teve dificuldades em manter sua unidade. Assim, muitos dos seus dirigentes que assumiram antes do golpe um posicionamento de “vanguarda”, verificaram após 1964 as dificuldades em alcançar os trabalhadores rurais e urbanos com seus ideais revolucionários.

Conforme aumentava o acirramento das lutas entre militares e estudantes, as diferenças entre os vários segmentos que formavam a entidade nacional estudantil ficavam mais nítidas. Desta maneira, após o AI-5 o governo militar desintegrou o movimento estudantil e suas campanhas reformistas, promovendo assim as transformações educacionais voltadas à manutenção dos interesses das classes hegemônicas e gerenciando a nação de maneira inversa da qual as forças progressistas ansiavam.

3. Considerações finais

A União Nacional dos Estudantes se constituiu no Brasil a partir do crescimento industrial-urbano registrado de modo especial a partir da década de 1930. Com o aumento de centros universitários registra-se uma maior mobilização de estudantes nos movimentos sociais atrelados às transformações oriundas do capitalismo industrial e dos governos democráticos e ditatoriais.

Numa sociedade com alto grau de analfabetismo, os estudantes universitários se colocaram como vanguarda na luta por reformas gerais, sendo a principal bandeira a reforma

universitária. Logo, a UNE como entidade político-representativa passou a difundir uma aliança com grupos denominados progressistas, defensores da ideia de que o imperialismo e a estrutura latifundiária eram os obstáculos para o desenvolvimento econômico do nosso país. Porém, essa luta foi prioridade para a entidade estudantil até 1964, quando ocorre a entrada dos militares no governo e conseqüentemente uma maior repressão e censura aos movimentos de esquerda. A partir dessa nova realidade, acrescentou a esta campanha empreender forças na retomada da democracia, algo vital para que as outras reivindicações fossem consolidadas.

Com base nos discursos e nas campanhas promovidas pela UNE na década de 1960, observou-se que os dirigentes da entidade eram influenciados por ideias nacionalistas e desenvolvimentistas de caráter democrático-reformista. O pensamento e as ações dessa agremiação estiveram atrelados à conjuntura econômica e política do Brasil, ou seja, às condições materiais de existência dos sujeitos num determinado tempo e espaço.

A UNE colocava como emancipação à superação do capitalismo imperialista e da estrutura latifundiária e colonial e isso representava para esta agremiação um posicionamento revolucionário. Para Marx e Engels (2012), a emancipação é a aquisição de liberdade da classe proletária, extinguindo toda a barbárie de exploração humana cometida pelo capitalismo, portanto, a revolução não se limita à autonomia econômica de uma nação sobre outra e sim no âmbito das classes sociais, eliminando qualquer exploração de uma classe sobre outra. Desse modo, é possível concluir, a partir do estudo da matriz ideológica e sua materialidade da UNE, que seu posicionamento frente ao contexto brasileiro nos anos de 1960, era muito mais próximo da ideologia reformista liberal do que revolucionária socialista.

A materialidade histórica das ideias progressistas que embasaram as ações da União Nacional dos Estudantes, bem como sua origem e meios de difusão podem revelar com maior riqueza de compreensão a postura política dessa entidade no contexto de fragilidade democrática e de sua inexistência nos anos de 1960 no Brasil. Essa é uma análise fundamental, mas que pela complexidade do assunto necessita de outros espaços para serem discutidos.

4. Referências

ARANTES, Aldo. O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango. *Movimento*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Edição Extraordinária, p.26, set. 1961.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 15 abr. 1931. Página 5800. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 de abr. 2016.

DANGEVILLE, Roger. *Crítica da Educação e do Ensino*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

GUIMARÃES, César. Universidade à luz da crítica. *Movimento*, Rio de Janeiro, n.2, p. 20-22, maio 1962.

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: 1968. México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

MARX K.; ENGELS F.. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *Contribuição à critica da economia política*. São Paulo. Martins Fontes, 1977.

MENDES, Jr., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PELEGRINI, Sandra C. A. *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980.

UME. Os estudantes e o presidente Jânio. *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, p.1, 29 jan. 1961.

UNE. Declaração da Bahia, 1961, p. 12-13. In: PELEGRINI, Sandra C. A. *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

UNE. Plano de Ação para a gestão 1966/1967, 1966. In: SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980.